

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp *rs* 80
ANOS

Revista Réplica

Ano 41 - Nº 7 | SETEMBRO 2022

www.amprs.com.br/jornal-replica



ESPECIAL **XV**
CONGRESSO
ESTADUAL
DO MPRS

UMA
EDIÇÃO
HISTÓRICA

BEM - VINDOS

amp *rs* 80

**REVISTA RÉPLICA**

ANO 41 – N° 7 | Setembro de 2022

Capa:
Prana - design & cultura

Após um hiato de quatro anos causado pela pandemia de Covid-19, o Congresso Estadual do Ministério Público, principal evento promovido pela AMP/RS, voltou a ser realizado. Entre os dias 10 e 13 de agosto de 2022, 740 promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça, bem como aposentados, pensionistas, autoridades e convidados vindos de todos os estados brasileiros estiveram reunidos no Hotel Serrazul, em Gramado, para discutir e refletir sobre os rumos da Instituição nos âmbitos regional e nacional. A capa desta edição especial da Revista Réplica é um mosaico dos momentos registrados durante o XV Congresso Estadual, uma edição que ficou marcada pelos fortes discursos ressaltando a missão constitucional e o compromisso do Ministério Público na defesa do regime democrático e do sistema eleitoral brasileiro.

Sumário

Carta ao Leitor	03
ESPECIAL CONGRESSO Uma edição histórica	04
ESPECIAL CONGRESSO Palestras abrem e fecham segundo dia de evento	07
ESPECIAL CONGRESSO Meio ambiente em debate	08
ESPECIAL CONGRESSO Foco nas vítimas	09
ESPECIAL CONGRESSO Futuro em pauta	10
ESPECIAL CONGRESSO Um dos pilares da democracia	11
ESPECIAL CONGRESSO Entrevista Francisco José Moesch, presidente do TRE-RS	12
ESPECIAL CONGRESSO Reflexões sobre o Caso Kiss	13
ESPECIAL CONGRESSO Leitura da Carta de Gramado marca último dia	15
ESPECIAL CONGRESSO Programação paralela incluiu reuniões de colegiados, comissões e conselhos	17
ESPECIAL CONGRESSO Memorial AMP/RS	21
CRÔNICA Evolução por Mário Cavalheiro Lisbôa	22
CRÔNICA Segurança jurídica por Cláudio Brito	23

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

João Ricardo Santos Tavares

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André de Azevedo Coelho

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE DE JUBILADOS

Cláudio Barros Silva

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Henrique Rech Neto

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COMITÊ EDITORIAL

André de Azevedo Coelho
Alessandra Moura Bastian da Cunha

Cláudio Barros Silva

Cláudio Brito

Fernando Andrade Alves

Mário Cavalheiro Lisbôa

EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento

Rua Mostardeiro 777, 1401, Bairro Moinhos de Vento,

CEP 90430-001 - Porto Alegre (RS)

core@corecomunicacao.com.br

(51) 3017-1284

REPORTAGEM

Matheus Closs (MTB 20.085)

Robson Hermes (MTB 20.074)

comunicacao@amprs.org.br

EDIÇÃO E REVISÃO

Mariana Oselame (MTB 13.040)

Catia Bandeira (MTB 7.212)

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento [Prana - design & cultura]

Rua Cel. Fernando Machado, 464 – Centro Histórico

CEP: 90010-320 – Porto Alegre (RS)

rafael.sarmento@pranacultura.com

(51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Comunicação Impressa

Rua Voluntários da Pátria, 1260, Floresta

CEP 90230-010 – Porto Alegre (RS)

orcamento@coimpressa.com.br

(51) 3212-6011

TIRAGEM

1.500 exemplares

Carta ao leitor



Crédito: Robson Hermes / AMPRS

Caro colega,

É com enorme satisfação que entregamos esta edição mais do que especial da Revista Réplica. Nossa proposta é proporcionar a você uma imersão na edição histórica do XV Congresso Estadual do Ministério Público, que reuniu mais de 700 promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça, membros jubilados e pensionistas de todo o País, em Gramado, na Serra Gaúcha, entre os dias 10 e 13 de agosto deste ano.

A realização deste evento tem um significado muito maior do que é possível explicar, pois demonstra a pujança e a força da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) mesmo após o hiato de quatro anos causado pela pandemia de Covid-19. Mais do que isso: evidencia o quanto os agentes do Ministério Público brasileiro estão dedicados a discutir com criticidade o papel da Instituição na sociedade atual a fim de edificar e fortalecer os pilares que nos sustentam.

Reunimos o que foi discutido nos painéis temáticos, nas palestras e durante a apresentação de teses, evidenciando os temas que pautaram os debates marcados pela alta qualificação dos participantes e pela busca do aperfeiçoamento institucional.

Nas páginas seguintes, você também lerá uma entrevista emblemática conduzida pelo promotor aposentado e jornalista Cláudio Brito, na qual o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Francisco José Moesch, fala sobre os principais desafios das Eleições de 2022. Em um momento em que vivemos uma forte divisão política, este conteúdo se torna ainda mais necessário para a consolidação da posição do Ministério Público e do Judiciário Eleitoral na defesa do Estado Democrático de Direito.

Esta edição também traz o registro da leitura da Carta de Gramado, importante documento que compilou as principais deliberações da programação oficial e das reuniões paralelas do evento. Durante a leitura, realizada pelo vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, foram apresentados os 12 propósitos institucionais reafirmados no encontro, com destaque à defesa da democracia, papel constitucional e maior missão do Ministério Público enquanto Instituição.

Ao final, além dos tradicionais artigos do procurador de Justiça jubilado e diretor da Revista Réplica, Mário Cavalheiro Lisbôa, e do promotor de Justiça jubilado Cláudio Brito, integrante do Comitê Editorial, elencamos as atividades realizadas nas salas paralelas que reuniram os importantes colegas nacionais e estaduais, que prestigiaram o evento — o Conselho Deliberativo da CONAMP, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do MP, o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União, o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a Comissão Nacional das Mulheres e a Comissão Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CONAMP.

Espero que a Revista que você tem em mãos consiga traduzir a essência do XV Congresso Estadual do Ministério Público gaúcho, contando a história deste emocionante momento de reencontro e de congraçamento para a classe. Também espero que estas páginas possam transmitir a você, caro leitor, o sentimento uníssono de união que permeou estes três dias inesquecíveis em Gramado. Boa leitura!

UMA EDIÇÃO HISTÓRICA

Após um hiato de quatro anos causado pela pandemia de Covid-19, Congresso Estadual do Ministério Público volta a ser realizado, em Gramado, com o número recorde de 740 inscritos

Presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, discursa na solenidade de abertura do XV Congresso Estadual do MP, no Hotel Serrazul, em Gramado. **Crédito:** Divulgação/AMPRS

O Ministério Público gaúcho viveu uma edição histórica do seu tradicional Congresso Estadual entre os dias 10 e 13 de agosto de 2022. Após um hiato de quatro anos causado pela pandemia de Covid-19, o evento que reúne promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça para discutir e refletir sobre os rumos da Instituição nos âmbitos regional e nacional voltou a ser realizado. Na noite da quarta-feira, 10 de agosto, diante de uma plateia ávida pelo reencontro, no auditório do Hotel Serrazul, em Gramado, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, declarou aberta a décima quinta edição do evento sob a temática “30 Anos Construindo História” e com o número recorde de 740 inscritos – o maior dentre todas as edições realizadas nas últimas três décadas.

O tom da abertura do evento foi dado pelos fortes discursos que ressaltaram a missão constitucional e o compromisso

do Ministério Público na defesa do regime democrático e do sistema eleitoral brasileiro em um momento em que não apenas a Instituição, mas a própria democracia, estão sob ataque. Primeiro a falar na solenidade, João Ricardo relembrou o contexto histórico do primeiro Congresso, em 1990, em Canela, e as mudanças pelas quais o Ministério Público passou. “O MP chega em 2022 altivo, forte e unido para seguir servindo à sociedade brasileira”, afirmou, destacando que o momento presente também traz desafios relevantes como os ataques à democracia, ao sistema de Justiça e ao papel da Instituição. “Estamos pagando um preço altíssimo muito mais pelos nossos feitos do que pelos nossos defeitos. Atuamos forte em todos os espaços que nos foram dados. Tocamos figuras da República que, até pouco tempo atrás, eram intocáveis”, disse o presidente da Associação.

O Brasil em Gramado

Saiba de que estados vieram os 740 inscritos no XV Congresso Estadual do MPRS

 Rio Grande do Sul 408	 Piauí 13	 Espírito Santo 10	 Goiás 5
 Distrito Federal 67	 Rondônia 13	 Pernambuco 10	 Mato Grosso do Sul 5
 Pará 30	 Paraíba 12	 Paraná 10	 Santa Catarina 5
 Rio de Janeiro 25	 Roraima 12	 Bahia 9	 Sergipe 4
 Amapá 16	 São Paulo 12	 Amazonas 8	 Mato Grosso 3
 Acre 13	 Maranhão 11	 Rio Grande do Norte 6	 Tocantins 3
 Minas Gerais 15	 Ceará 10	 Alagoas 5	

XV Congresso Estadual em números

5 painéis
4 palestras
7 reuniões paralelas
6 teses apresentadas
740 inscritos

26 estados e o Distrito Federal representados
50 hotéis parceiros
245 voos recebidos
2.562 refeições servidas nos três dias de evento

HOMENAGEM AO PIONEIRO

O primeiro ato após a abertura oficial do XV Congresso Estadual foi a entrega de uma homenagem ao primeiro presidente da AMP/RS a promover o evento, há 30 anos. O desembargador Voltaire de Lima Moraes recebeu das mãos do atual presidente, João Ricardo Santos Tavares, uma placa comemorativa exaltando o seu pioneirismo e reconhecendo a relevância do seu legado. A primeira edição do Congresso Estadual aconteceu de 18 a 20 de outubro de 1990, em Canela, com destaque para o alto número de teses apresentadas: foram 130 proposições defendidas durante o evento.

Primeiro presidente da AMP/RS a promover o Congresso Estadual, desembargador Voltaire de Lima Moraes recebeu uma homenagem das mãos do atual presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares. **Crédito:** Divulgação/AMPRS



Momento desafiador

Após, foi a vez do presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, discursar aos presentes, destacando o congresso gaúcho como o segundo maior evento do MP brasileiro. Ao citar o atual momento político do País, o presidente pregou a harmonia entre os membros da Instituição e a necessidade de defesa do Estado Democrático de Direito, bem como do trabalho do Ministério Público, na busca por mudanças positivas para a sociedade. O mesmo tom foi adotado pela presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), a procuradora-geral de Justiça da Bahia, Norma Cavalcanti, que também fez o uso da palavra. “O papel do MP é garantir a democracia, é garantir o voto direto. Vamos honrar a Constituição cidadã, vamos honrar o papel que os constituintes entregaram a nós”, ressaltou a procuradora-geral da Bahia.

Papel constitucional

Na sequência do cerimonial, o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Marcelo Dornelles, saudou as autoridades presentes e deu as boas-vindas aos participantes, reforçando o tom em defesa da atuação do MP. “É papel constitucional do Ministério Público, e nossa missão, a defesa do regime democrático. O Ministério Público não pode se omitir em um momento como esse, não pode estar preocupado em agradar ou não agradar”, ressaltou. Dornelles ainda citou os principais desafios enfrentados no âmbito legislativo e na formatação da carreira no Ministério Público.

O governador do Estado, delegado Ranolfo Vieira Júnior, sucedeu o procurador-geral de Justiça no púlpito. Em suas saudações, ressaltou o momento de retomada e de resiliência no contexto pós-pandemia. Ao defender a utilização da urna eletrônica, o governador foi aplaudido. “Nosso governo confia muito na Justiça Eleitoral brasileira”, afirmou. Filho de ex-promotor de Justiça, ele ainda falou sobre a sua ligação com o Ministério Público desde a infância e de sua trajetória profissional como delegado de polícia, na qual sempre primou pela integração entre os poderes.

COMENDA DIRCEU PINTO



Crédito: Divulgação/AMPRS

Após o pronunciamento do governador do Estado, o cerimonial anunciou a entrega da Comenda Dirceu Pinto, honraria que é concedida desde 1996 a figuras que se destacaram no desenvolvimento e na defesa do Ministério Público e de seus membros. A homenagem foi entregue pelo presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, e pela viúva de Dirceu Pinto, Neuza Maria.

Na foto acima, da esquerda para a direita: Fernando Andrade Alves, vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Paulo Sérgio Pinto, jornalista e vice-presidente da Rede Pampa de Comunicação, André de Azevedo Coelho, vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, Sérgio Hiane Harris, promotor de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre, Cinara Vianna Dutra Braga, promotora de Justiça da Infância e da Juventude de

Porto Alegre, João Ricardo Santos Tavares, presidente da AMP/RS, Lúcia Helena de Lima Callegari, promotora de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre, Ivana Farina Navarrete Pena, procuradora de Justiça titular da 4ª Procuradoria de Justiça do Ministério Público de Goiás (MPGO), Fabiano Dallazen, promotor de Justiça coordenador do Escritório do MPRS em Brasília, Claudio Barros Silva, vice-presidente de Jubilados da AMP/RS, Fábio Roque Sbardello, procurador de Justiça e presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Henrique Rech Neto, vice-presidente de Valorização Funcional da AMP/RS. ■

Palestras abrem e fecham segundo dia do evento

Programação científica do XV Congresso Estadual começou na manhã de quinta-feira, 11 de agosto, com a fala do promotor Emerson Garcia sobre a nova Lei de Improbidade Administrativa; à tarde, o apresentador e jornalista Marcelo Tas ministrou a palestra “Três Minhocas”

Mediação da palestra do promotor Emerson Garcia foi da ex-vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento da AMP/RS e integrante do Comitê Organizador do evento, Karina Bussmann. Crédito: Divulgação/AMPRS.

Na manhã de quinta-feira, 11 de agosto, horas após a cerimônia de abertura e o coquetel de confraternização realizados no Hotel Serrazul, em Gramado, os participantes do XV Congresso Estadual do Ministério Público se reuniram para o início da programação científica do evento. Mediada pela ex-vice-presidente de Mobilização Social e Relacionamento da AMP/RS, Karina Bussmann, a palestra “A Nova Lei de Improbidade Administrativa”, ministrada pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), pós-doutorando, doutor e mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Emerson Garcia, abriu a programação no auditório principal.

Professor convidado de inúmeras instituições de ensino e autor de diversas obras e artigos sobre o tema, o promotor abordou as modificações introduzidas pela Lei 14.230/2021, apresentando um panorama acerca da distinção entre o novo texto com relação ao anterior. Em sua fala, ele apontou possíveis imprecisões na aplicação da matéria, destacando aspectos investigativos e processuais e abordando como as alterações legislativas podem impactar a atuação do Ministério Público. Ao longo da palestra, o promotor conduziu diversas reflexões. “O MP atua por que há corrupção ou a corrupção surgiu pelo MP, a partir de sua atuação? Chega a ser um exercício de ingenuidade achar que nós tivemos, nos cinco séculos de evolução da nossa sociedade, uma sociedade proba e honesta, e que o MP passou a atacar os indefesos administradores públicos que queriam fazer o bem para nossa coletividade”, afirmou. “O Ministério Público erra? Há evidência de que erra, o erro é indissociável da essência humana. Todos nós, aqui, erramos. Mas os nossos erros apagam a

razão de ser da nossa atuação ou a nossa atuação decorre de uma base de valores desvirtuada de nossa sociedade? A média das pessoas, na realidade brasileira, que chegam ao poder, chegam infladas do objetivo de realizar o bem comum ou chegam infladas do objetivo de realizar o bem próprio?”, questionou o promotor.



Palestra de Marcelo Tas teve a mediação do vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, André de Azevedo Coelho. Crédito: Divulgação/AMPRS

Três Minhocas

No final da tarde, o mesmo auditório recebeu a palestra “Três Minhocas”, do apresentador e jornalista Marcelo Tas, que abordou os desafios e a evolução da comunicação, bem como o poder da mídia de massa na construção de uma imagem positiva das figuras públicas. Tas também analisou os conceitos de transparência, colaboração e viés no mundo digital. Ao final da sua fala, com a mediação do vice-presidente Administrativo e Financeiro da AMP/RS, André de Azevedo Coelho, o convidado respondeu alguns questionamentos da plateia. ■

Meio ambiente em debate

Painel "Desafios do Meio Urbano – Inundações e Saneamento" reuniu especialistas para discutir o tema no auditório principal do Hotel Serrazul, na manhã da quinta-feira, 11 de agosto

O primeiro painel do XV Congresso Estadual do Ministério Público foi realizado no segundo dia de evento, na manhã da quinta-feira, 11 de agosto, com o tema "Desafios do Meio Urbano – Inundações e Saneamento".

Na abertura, a promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Regional Ambiental, Ximena Cardozo Ferreira, apresentou exemplos de questões conflituosas relativas a inundações, desmatamento, má gestão de resíduos e os impactos climáticos ocasionados pela urbanização em detrimento da preservação ambiental. "Não são os rios que estão invadindo as nossas cidades, somos nós que estamos invadindo, com a urbanização desenfreada, os espaços que deveriam estar reservados ao movimento hidrológico", afirmou. Durante sua explanação, a promotora ainda defendeu o planejamento e o olhar crítico frente ao uso de normas de Direito Urbanístico Ambiental e de Proteção Civil como resolução dos problemas contextualizados.

Posteriormente, o presidente do Instituto AEGEA Saneamento, Édison Carvalho, trouxe dados estatísticos do cenário do saneamento básico no Brasil, evidenciando os números referentes à população que vive sem acesso ao tratamento de água e de esgoto. "Temos 35 milhões de brasileiros que não têm água potável, número que equivale a toda população do Canadá. E, quando a gente fala de esgoto, estamos falando de metade do país sem acesso à coleta. É um problema nacional", destacou. Além disso, o dirigente apontou os desafios que

Da esquerda para a direita: diretor-presidente da CORSAN, Roberto Correa Barbutti; professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, Ricardo Hirata; promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, que fez a mediação do painel; promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Regional Ambiental, Ximena Cardozo Ferreira; presidente do Instituto AEGEA Saneamento, Édison Carvalho. **Crédito:** Divulgação/AMPRS

separam a população da universalização do saneamento básico, bem como os prejuízos sanitários e financeiros ocasionados pela falta de acesso ao serviço.

Logo após, o professor do Instituto de Geociências da USP, Ricardo Hirata, trouxe ao debate a importância das águas subterrâneas no saneamento das cidades. "A água subterrânea é o recurso natural mais extraído da humanidade, e o Brasil figura como o nono país do mundo em relação a sua extração. Retiramos 17.580 milhões de metros cúbicos, volume que poderia abastecer todas as casas do povo brasileiro", disse. Ao longo de sua fala, o especialista esmiuçou dados dos recursos hídricos da Região Metropolitana de São Paulo, demonstrou a falta de políticas públicas para a gestão desses recursos e indicou como necessário o debate para combater a invisibilidade do problema.

Ao final do painel, o diretor-presidente da CORSAN, Roberto Correa Barbutti, falou sobre o papel dos agentes públicos e privados envolvidos na questão do saneamento e da gestão de recursos hídricos. "O município é o poder concedente, então a responsabilidade final é do município, é do prefeito. Se a gente não entender isso de uma forma clara, a gente não vai avançar na questão do saneamento", ressaltou. Além disso, Barbutti destacou os pontos de discussão desenvolvidos pelos outros componentes do painel, bem como sublinhou a importância do debate envolvendo diferentes pontos de vista na construção de soluções para os desafios abordados no encontro. ■



Foco nas vítimas

Painel realizado na tarde da quinta-feira, 11 de agosto, discutiu os desafios para a efetividade da atuação do Ministério Público no que se refere à proteção, ao acolhimento e à reparação às vítimas

Realizado na tarde de quinta-feira, 11 de agosto, com mediação do promotor de Justiça Rodrigo Brandalise, o painel os “Desafios para a Efetividade da Atuação do Ministério Público” reuniu, como debatedores, a promotora de Justiça Ivana Kist Huppess Ferrazzo, da Promotoria Especializada de Assistência às Vítimas do MPRS; o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Antonio Suxberger; e o ex-conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Marcelo Weitzel Rabello de Souza. Em pauta, estiveram temas relacionados ao Direito Penal.

Ivana abriu o painel apresentando as origens do projeto “Vítimas”, desenvolvido desde 2017 junto ao Ministério Público gaúcho. “Temos nos pautado e focado a nossa atuação criminal para aplicação da pena àquele que cometeu o crime, sendo o processo penal este instrumento de resposta a quem violou um bem jurídico. Porém, a vítima, esta nossa parceira mais próxima, sem a qual nós normalmente não atingimos este objetivo, tem sido a ilustre desconhecida e desconsiderada da nossa atuação criminal”, refletiu. Ivana compartilhou com a plateia o caminho percorrido pelo projeto, que teve como ponto de partida a busca por um maior conhecimento da situação das vítimas de crimes violentos na região leste de Porto Alegre. “Fizemos a elas três perguntas: como tem sido, ou como foi, a experiência com o sistema de Justiça? Quais são as necessidades que surgiram a partir do crime? Quais necessidades foram atendidas e quais não foram?”, destacou. Ivana ainda abordou o caminho das vítimas no sistema de Justiça e defendeu o acesso, o apoio e a proteção às mesmas.

Da esquerda para a direita: promotora de Justiça Ivana Kist Huppess Ferrazzo, da Promotoria Especializada de Assistência às Vítimas do MPRS; ex-conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; promotor de Justiça do Ministério Público gaúcho, Rodrigo Brandalise, que fez a mediação do debate; e promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Antonio Suxberger. **Crédito:** Divulgação/AMPRS.

Na sequência, falou o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Antonio Suxberger, que trouxe, em sua apresentação, um comparativo da representação social da Justiça criminal frente à real representação social do campo jurídico criminal. “Vivemos em um país e numa institucionalidade cuja história dos direitos humanos é uma história intermediada pelas instituições. A construção dos direitos humanos em países como o Brasil, marcados pela desigualdade social, passa pela intermediação daqueles que são a voz dos que jamais são ouvidos. Essa é a missão do Ministério Público”, ressaltou. O especialista também abordou os obstáculos teóricos e práticos para o sistema criminal, os litígios estratégicos e estruturais deste campo jurídico.

No encerramento do painel, o ex-conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Marcelo Weitzel Rabello de Souza, dirigindo-se ao presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, destacou a liderança do MP gaúcho. “Estes 30 anos de Congresso são 30 anos de vanguarda do Ministério Público do Rio Grande do Sul”, afirmou. Ao longo de sua participação no painel, ele destacou resoluções do CNMP voltadas ao impedimento do processo de revitimização no sistema de Justiça e a necessidade de os agentes deste sistema utilizem uma comunicação efetiva para uma aproximação no acolhimento das vítimas. “Sempre começo dizendo: vítima não tem culpa”, ressaltou. “As resoluções e projetos de lei não tratam de vítimas apenas na área criminal. Vemos várias situações em que temos que dar acolhimento a vítimas que não são frutos de crime”, complementou, citando a área trabalhista e as tragédias climáticas como exemplos. ■

O CNMP E O FUTURO DA CARREIRA NO MP



Futuro em pauta

Painel realizado na tarde de sexta-feira, 12 de agosto, abordou os principais desafios referentes à estruturação da carreira e à atuação do Ministério Público

Além de debater os desafios presentes, o XV Congresso Estadual do Ministério Público gaúcho também discutiu as questões de futuro. No painel “O CNMP e o futuro da carreira do MP”, realizado na tarde de sexta-feira, 12 de agosto, foram debatidos os aspectos necessários para uma melhor atuação dos promotores, promotoras, procuradores e procuradoras de Justiça em todo o País.

Mediado pela procuradora de Justiça do MPRS, Silvia Cappelli, o painel reuniu o corregedor nacional do MP, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto; o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ângelo Fabiano Farias; o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta; e o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) João Paulo Schoucair.

Corregedor nacional do MP, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto foi o primeiro a fazer o uso da palavra, defendendo uma maior unidade da Instituição e a sua aproximação com a sociedade. “A Instituição precisa dialogar e estabelecer metas em prol da sociedade. A sociedade precisa saber o que

Da esquerda para a direita, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta; o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) João Paulo Schoucair; a procuradora de Justiça do MPRS e mediadora do painel, Silvia Cappelli; o corregedor nacional do MP, Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto; e o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ângelo Fabiano Farias. **Crédito:** Divulgação/AMPRS.

esperar do Ministério Público”, refletiu.

Na sequência, o conselheiro do CNMP Ângelo Fabiano Farias analisou o futuro da carreira, apontando a falta de atratividade e o engessamento como pontos a serem enfrentados. Ele também abordou as funções do CNMP no controle administrativo financeiro e ressaltou que suas atividades devem ser comunicadas com mais efetividade para além da Instituição. “Falta melhor comunicação com a sociedade, falta ter contato com os movimentos sociais e ter soluções mais coletivas”, argumentou.

Após, o conselheiro do CNJ João Paulo Schoucair tratou do Poder de investigação do MP e do papel da tecnologia para qualificar o combate ao crime organizado “Se a impunidade impera, as organizações criminosas procuram qualificar o seu enfrentamento”, alertou.

Finalizando o painel, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, destacou o papel de fiscalização do CNMP e citou a necessidade de aproximação da entidade com os membros do MP. “O CNMP hoje é, sim, um recanto de debate e de fortalecimento da carreira”, afirmou. ■



Um dos pilares da democracia

Da esquerda para a direita: conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador Nacional do Grupo Executivo da Função Eleitoral, Sidney Pessoa Madruga; ministro corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Mauro Campbell Marques; promotor de Justiça do MPRS Rodrigo López Zílio; e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Francisco José Moesch. **Crédito:**Divulgação/AMPRS

Papel do Ministério Público como agente fiscalizador do processo eleitoral foi um dos pontos debatidos durante o painel que abordou as Eleições de 2022

A defesa do regime democrático brasileiro, das urnas eletrônicas e do papel do Ministério Público enquanto fiscalizador do processo eleitoral, pontos muito citados na cerimônia de abertura do XV Congresso Estadual, voltaram a aparecer, durante o evento, na tarde de quinta-feira, 11 de agosto, no painel dedicado às Eleições 2022. O debate teve como convidados o ministro corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Mauro Campbell Marques; o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador Nacional do Grupo Executivo da Função Eleitoral, Sidney Pessoa Madruga; e o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Francisco José Moesch, com mediação do promotor de Justiça do MPRS Rodrigo López Zílio. “Estamos indo para a maioria do nosso sistema eleitoral, para o 18º pleito, sendo o 14º com a utilização da urna eletrônica”, pontuou o promotor, na abertura do painel, antes de passar a palavra para Sidney Madruga, o primeiro a falar.

Em sua participação, o conselheiro abordou as críticas ao sistema eleitoral brasileiro, ressaltando que, em certa medida, elas são importantes para o aperfeiçoamento do processo ao longo dos anos. “Quem ganhar, ganhou, e a esta pessoa será dado o título de presidente, governador, senador. Não há dúvidas em relação à urna eletrônica neste aspecto. Mas não sou daqueles que entendem que ela não pode ser questionada”, ressaltou. “Se está havendo questionamento, vamos esclarecer

e vamos aperfeiçoar a urna eletrônica e os métodos de validação e auditoria. Por que não?”, questionou.

Em seguida, o presidente do TRE-RS, Francisco José Moesch, falou sobre o trabalho “continental e hercúleo” de realizar o pleito eleitoral no Brasil, missão que envolve o preparo de 30.500 urnas, dois milhões de mesários, 2.600 zonas eleitorais e mais de 460 seções. Neste ano, segundo ele, são três os principais desafios: aumentar a credibilidade do sistema eleitoral, neutralizar o discurso de ódio e enfrentar as fake news e a desinformação. “É preciso aumentar o reconhecimento da integridade eleitoral na sociedade e desfazer a dúvida instalada em parcela da população de que o sistema de votação não é seguro”, disse ele. “Também precisamos neutralizar o ódio e a violência política. Na democracia, há espaço para todos”, afirmou o presidente do TRE-RS.

Em seguida, o ministro e corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Mauro Campbell Marques, fez coro à defesa do sistema eletrônico brasileiro. “Não há e nunca houve um único episódio capaz de ser provado que alterou uma eleição feita pelas urnas eletrônicas. A Emenda de 85, do voto analfabeto, é um marco histórico, mas foram as urnas eletrônicas que realmente emanciparam o povo brasileiro”, destacou. Em sua fala, ele garantiu que, apesar dos ataques, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nunca esteve tão forte e, seus membros, tão unidos. “Quanto mais atacado criminosamente o TSE é, mais a nossa atuação como ministros se torna coesa”, enfatizou. ■



“A forma mais forte de combater fake news é com informação correta”, diz presidente do TRE-RS

Em entrevista especial à Revista Réplica conduzida pelo promotor aposentado e jornalista Cláudio Brito, Francisco José Moesch fala sobre os principais desafios das Eleições 2022

Um dos momentos mais aguardados do XV Congresso Estadual do Ministério Público foi a realização do painel sobre as Eleições 2022, quando os painelistas abordaram as críticas ao sistema eleitoral brasileiro e os desafios que envolvem o preparo de mais de 30 mil urnas nas 2,6 mil zonas eleitorais do País nas eleições do próximo dia 2 de outubro. Após o painel, o promotor de Justiça Jubilado e jornalista Cláudio Brito, em uma colaboração especial para a Revista Réplica, conversou com o presidente do TRE-RS, Francisco José Moesch.

Esperamos, sem ferir o direito de cada um votar em quem bem pretenda, que tenhamos ao fim e ao cabo a verdade da eleição ditada pelas urnas, com a chancela indispensável da Justiça Eleitoral. Dr. Francisco Moesch, é possível essa garantia? Nós temos segurança com o sistema eleitoral brasileiro?

O Tribunal está preparado para as eleições com toda parte de organização e de logística, incluindo os juízes do Estado do Rio Grande do Sul; os juízes e promotores eleitorais das 165 comarcas; os advogados que também atuam nessa área e que são muito talentosos; o nosso corpo permanente de servidores que presta serviço adequado, eficiente e seguro; e os nossos auxiliares contratados, inclusive mesários e mesárias que prestam um serviço cívico na realização das eleições. Estamos preparados para esse grande evento, que vai ocorrer no dia 2 de outubro, e, se houver, para o segundo turno, no dia 30 de outubro.

Dr. Moesch, o que o senhor mencionou durante o painel e que está nos dizendo agora é que a Justiça Eleitoral passa, sim, essa tranquilidade. Estarão todos trabalhando nesse sentido de corroborar aquilo que todos já sabemos há 26 realizações: nós temos, sim, um sistema eleitoral que encanta o mundo e não vamos ser nós, brasileiros, que vamos desprestigiar-lo.

E mais, isso é fruto de um encontro em Caxias, em 1996, inclusive presidido pelo corregedor-nacional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à época, ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, em que saiu a ordem e foi dito: temos condições de fazer. Então, se começou a urna eletrônica com a imaginação criadora de muitos servidores do TSE e do TRE, mas também de muitos gaúchos com imaginação criadora, principalmente aqui da fronteira, que vieram nesse encontro, nessa reunião, e que trouxeram essa ideia luminosa que é um exemplo de segurança, de transparência, e tem uma palavra que é muito importante: auditabilidade.

Tenho dito insistentemente aos que são fiéis a uma grei partidária: sejam fiscais, atuem como fiscais. Nenhum juiz eleitoral ou promotor eleitoral ficará sentido de ter toda uma gama de fiscais.

Pelo contrário!

Porque, quando, no começo do dia, se extrai a zérésima para mostrar que a urna está vazia...

Com a supervisão também do Ministério Público...

E com o fiscal partidário presente qualquer outra dúvida está espantada. Assim como no fim da tarde, na hora de se extrair o boletim da urna o resultado da apuração, que cada fiscal realize o seu trabalho e faça com que os partidos estejam suficientemente seguros.

Tenho aqui em mãos um boletim de urna, com a assinatura do presidente da mesa, dos mesários, dos fiscais dos partidos. Esse é um boletim de urna da eleição suplementar de Garibaldi. E aqui o code onde se passa para o TSE o resultado da eleição. Por esse code, qualquer pessoa no Brasil pode checar o resultado da eleição da mesa tal, seção tal, como no caso de Garibaldi.

E assim, nas 165 zonas eleitorais do RS, no fim do dia 2 de outubro, todos os partidos terão condições de fazer o mesmo somatório que o TRE realizará e dizer qual é o resultado.

Eles sabem todo o resultado antes do próprio TRE e TSE, porque já tem a comemoração, aquelas festas cívicas lindíssimas.

No momento em que vivemos, de tanta beligerância no confronto das ideias, nós tivemos a felicidade de encontrar pessoas que, sem abrir mão do peso da sua responsabilidade, estão concitando-nos a ideia de afastarmos beligerâncias e tratarmos da unidade e da indivisibilidade do Brasil, que é um princípio institucional do Ministério Público. Qual o papel da imprensa neste contexto?

Nós precisamos muito da imprensa. As pessoas vão verificar, vão checar para ver as informações que recebem. Temos mantido um contato muito próximo da imprensa, temos valorizado a imprensa. Essa é a forma de nós atingirmos e esclarecermos o eleitor que, às vezes, está em dúvida pelas informações que recebe pelas redes sociais, informações que não são precisas, que por vezes falseiam alguma coisa. E nós temos uma comissão de enfrentamento à desinformação – palavra nossa que traduz as chamadas fake news – e entendemos que a forma mais forte de combater as fake news é com informação precisa, correta, clara, suficiente, e ninguém nos ajuda mais neste processo do que a imprensa. ■

BOATE KISS: PREPARAÇÃO, JULGAMENTO E PERSPECTIVAS.

30
ANOS
de
História
Agosto | 2022
Gaúcha | RS



Reflexões sobre o caso Kiss

Realizado na tarde da sexta-feira, 12 de agosto, painel de encerramento do XV Congresso Estadual do Ministério Público lotou o auditório principal do Hotel Serrazul

Promotores que atuaram no julgamento do Caso Kiss, realizado em dezembro de 2021, Lúcia Callegari e David Medina foram os convidados do painel de encerramento que teve a mediação do presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares.
Crédito: Divulgação/AMPRS.

A programação científica do XV Congresso Estadual do Ministério Público reservou, para o seu último painel, reflexões sobre um dos maiores processos penais da história da Justiça brasileira. Para falar sobre “Boate Kiss: Preparação, Julgamento e Perspectivas”, foram convidados os dois promotores que atuaram no julgamento do caso, realizado em dezembro de 2021, em Porto Alegre, e posteriormente anulado, em agosto de 2022, pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, fez a mediação do painel que lotou o auditório principal do Hotel Serrazul. “Nós todos sentimos muito orgulho de vocês atuando durante aqueles dez dias no plenário. Vimos que vocês levavam nos ombros o peso da responsabilidade de atuar como promotores de Justiça, mas, levavam junto, também, a dor

daquelas famílias. E isso ficou claro naquele abraço que vocês receberam dos familiares no final do julgamento”, disse João Ricardo, dirigindo-se aos dois promotores.

Primeiro a falar, David Medina iniciou a sua participação destacando os sentimentos de angústia e de tristeza em relação à anulação do julgamento do caso da Boate Kiss. “Num dos votos que anulou este processo, foi dito que este é ‘mais um processo’ e que deve ser visto como são vistos todos os outros processos que já foram julgados, não só ignorando questões teóricas, mas, sobretudo, os direitos fundamentais das vítimas”, afirmou. De acordo com o promotor, houve um esquecimento dos direitos das 242 vítimas do incêndio e da dor das famílias. “Tivemos um verdadeiro pisotear sobre as vítimas. Tivemos um pisotear quando desaforamos um processo dessa magnitude deslocando dezenas de famílias enlutadas para uma cidade que é hostil para

quem vive no interior”, frisou. “Este processo jamais será só mais um processo. Não foi na minha vida, não foi na vida da Lúcia, não foi na vida de ninguém”, afirmou. Durante sua exposição, David Medina também lembrou os diversos ataques sofridos pelos promotores de Justiça antes, durante e após o julgamento. “O Ministério Público, foi violentamente atacado neste processo”, lembrou.

Em seguida, Lúcia Callegari falou sobre a preparação para o julgamento, desde a recuperação da confiança das famílias, que viam com resistência a atuação do Ministério Público, até os ataques sofridos pelos promotores durante os dez dias em que durou o julgamento realizado em dezembro de 2021. “Nós tínhamos que terminar esse júri. Não podíamos entrar neste embate. As famílias não podiam mais ficar sem este resultado”, disse. A promotora também questionou a nulidade do julgamento pelo TJRS e pediu ponderação na escolha para o quinto constitucional do MP. “Lamento profundamente as nulidades, entendo que todas são vencíveis e que vamos ter uma reversão no Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, disse. “Me perguntam: por que não se faz o júri de novo? Vou dar dois motivos. Primeiro:

“Vimos que vocês levavam nos ombros o peso da responsabilidade de atuar como promotores de Justiça, mas, levavam junto, também, a dor daquelas famílias. E isso ficou claro naquele abraço que vocês receberam dos familiares no final do julgamento.”

João Ricardo Santos Tavares
Presidente da AMP/RS

as famílias de Santa Maria não têm estrutura emocional para um segundo julgamento. Segundo: se condenarmos, vão criar outras nulidades e inventar outro motivo até o dia em que a gente tiver uma absolvição”, afirmou. ■



Painel de encerramento do XV Congresso Estadual lotou o auditório principal do Hotel Serrazul, em Gramado. **Crédito:** Divulgação/AMPRS.

Leitura da Carta de Gramado marca último dia

Documento lido em plenário pelo vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, compila as principais deliberações resultantes da programação oficial e das reuniões paralelas realizadas durante o XV Congresso Estadual do Ministério Público

A décima quinta edição do Congresso Estadual do Ministério Público terminou na sexta-feira, 12 de agosto, com a divulgação da Carta de Gramado, documento que compila as principais deliberações da programação oficial e das reuniões paralelas realizadas desde a quarta-feira, 10 de agosto, no Hotel Serrazul. Assinada pelo presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) e do XV Congresso Estadual, João Ricardo Santos Tavares, a carta apresenta 12 propósitos. “É uma manifestação do Ministério Público brasileiro reunido em Gramado neste momento histórico tão difícil para o nosso País, com tantos desafios e polarização”, disse João Ricardo. “Podemos destacar como principal ponto do documento a defesa da democracia, papel constitucional e maior missão do Ministério Público enquanto Instituição”, complementou.

A Carta de Gramado foi lida em plenário pelo vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, e foi aprovada pelos presentes. Um dos



Vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves fez a leitura da Carta de Gramado em plenário. Crédito: Divulgação/AMPRS

princípios apresentados no documento aborda a “irracional polarização política” e o “baixíssimo nível de tolerância” que caracterizam o atual cenário brasileiro, às vésperas da realização de mais um pleito eleitoral – tema que, como não poderia deixar de ser diante da proximidade das eleições, permeou a programação.

Teses e tribuna

A manhã do último dia de congresso começou com a apresentação de teses no auditório principal do Hotel

Serrazul. Na sequência, os congressistas participaram da tribuna livre, que contou com manifestações dos colegas Cláudio Brito; Luís Antonio Minotto Portela;



Cláudio Brito foi o primeiro colega a fazer uso da palavra na Tribuna Livre. Crédito: Divulgação/AMPRS

Eugênio Amorim; Agenor Casarin; Sandro Marones e Delmar Pacheco da Luz.

Teses aprovadas no XV Congresso Estadual



FORMAÇÃO CONTINUADA DE LIDERANÇAS, NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO, COM FOCO EM CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ACESSORAMENTO.
Neidemar Fachinetto (MPRS)



PROCESSO PENAL - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA - VITIMOLOGIA - JUSTIÇA RESTAURATIVA.
Wilson Farias (MPRS)



A PERDA AMPLIADA: CONSONÂNCIA CONSTITUCIONAL, NATUREZA JURÍDICA E APLICAÇÃO PRÁTICA.
Érico Fernando Barin (MPRS)



AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA QUE OBRIGAM O AGRESSOR PREVISTA NO ART. 22 DA LEI MARIA DA PENHA SÃO APLICÁVEIS CONTRA ADOLESCENTE, SEM PREJUÍZO DE PROTEÇÃO INTEGRAL ASSEGURADA NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Priscilla Ramineli Leite Pereira (MPRS)



É COMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL A INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PELO REPOUSO NOTURNO NOS CRIMES DE FURTO QUALIFICADO.
Thiago Berchior Cargini
(Ministério Público do Piauí)

Encerramento

Ao final da tarde, o presidente da AMP/RS subiu ao palco para agradecer a participação dos congressistas. “Que tenha sido um evento produtivo, não só para o conhecimento científico, mas para o conagraçamento que estávamos ansiosos por ter”. Após o agradecimento, o presidente da Associação, que também presidiu a décima quinta edição do Congresso Estadual do Ministério Público, declarou o evento encerrado. À noite, fechando a programação, o auditório principal do evento recebeu o show da banda gaúcha Nenhum de Nós.



BEM - VINDOS

AMPRRS
80
ANOS

Crédito: Divulgação/AMPRS

Programação paralela incluiu reuniões de colegiados, comissões e conselhos

Atividades complementares à programação científica do XV Congresso Estadual foram palco de discussões sobre temas atuais, deliberações e entrega de homenagens

IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CONAMP

Na Sala Diamante, na manhã de quinta-feira, dia 11, aconteceu a IV Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP. Conduzido pelo presidente da entidade, Manoel Murrieta, o encontro abordou temas como a recomposição do subsídio e a política remuneratória, além de pautas que estão sendo apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal como a retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa e as Ações Diretas de Inconstitucionalidades. Também foram debatidos o Código de Ética do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Estatuto da Vítima. Ao final, foi aprovada a “Carta aos Candidatos à Presidência da República”, que aponta a candidatos e candidatas das eleições 2022 os anseios da CONAMP em relação ao Executivo Federal.



Crédito: Divulgação/AMPRS

CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNPNG)



Crédito: Divulgação/AMPRS

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPNG) se reuniu na tarde de quinta-feira, 11 de agosto, para dar continuidade às propostas de ações do projeto Movimento Nacional em Defesa das Vítimas durante reunião ordinária conduzida pela presidente da entidade, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti. Além da apresentação dos grupos de trabalho do CNPG, também foram apresentadas as propostas de recomendação sobre a implementação de projetos de ressocialização do agressor e sobre a Política Nacional de Atenção Continuada à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público brasileiro. Parte do encontro teve a presença do ministro corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Mauro Campbell Marques.

CONSELHO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO (CNCGMPEU)

O Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU) realizou duas reuniões, na Sala Esmeralda, durante o XV Congresso Estadual. Durante a reunião da tarde de quinta-feira, 11 de agosto, foi defendida a independência do Ministério Público e a importância das corregedorias para o futuro da Instituição. O encontro também contou com palestras da promotora Alessandra Moura Bastian da Cunha e do promotor Rodrigo López Zílio, ambos do MPRS. Na sexta, dia 12, o Conselho realizou a sua 128ª Reunião-Sessão Extraordinária. Na pauta do encontro, estiveram discussões como a regulamentação do trabalho híbrido no âmbito do Ministério Público e o debate acerca da colaboração do Colegiado para a Proposta de Emenda Constitucional 63/2013.



Crédito: Divulgação/AMPRS

CONSELHO NACIONAL DOS OUVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO (CNOMP)



Crédito: Divulgação/AMPRS

Na Sala Diamante, na tarde de sexta-feira, 12 de agosto, o Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP) promoveu a sua 18ª Reunião Extraordinária. Durante o encontro, o presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares; o corregedor-geral do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Mauro Campbell Marques; e o subprocurador-geral da República, Juliano Baiocchi, receberam homenagens em reconhecimento às relevantes contribuições para o engrandecimento das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro.

COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS E CENTROS DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO BRASIL (CDEMP)

Durante a tarde da quinta-feira, 11 de agosto, o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) promoveu, na Sala Safira, a sua 5ª. Reunião Ordinária. No encontro, foram assinados os termos de adesão e compromisso ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o termo de cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural que prevê a concessão de bolsas de estudos a membros do Ministério Público e dependentes. Durante a sessão, foram realizadas homenagens a colegas integrantes do CDEMP.



Crédito: Divulgação/AMPRS

COMISSÃO NACIONAL DAS MULHERES DA CONAMP



Crédito: Divulgação/AMPRS

Na sexta-feira, 12 de agosto, a Sala Safira do Hotel Serrazul recebeu a Comissão Nacional das Mulheres da CONAMP, liderada pela presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, a promotora de Justiça Deluse Amaral Rolim Florentino. Durante a reunião, que contou com a ampla participação de promotoras e procuradoras de Justiça vindas de todo o Brasil, o grupo discutiu a importância da participação feminina na política e na democracia. Após o encontro, a Comissão Nacional das Mulheres participou de um almoço especial em um restaurante de Gramado.

COMISSÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA CONAMP

Presidente da Comissão Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CONAMP e vice-presidente de Jubilados da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), Cláudio Barros Silva (foto) conduziu as duas reuniões promovidas durante o evento para discutir temas de interesse do grupo. Na quinta-feira, 11 de agosto, a Comissão se reuniu para abordar assuntos gerais no II Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas; no dia seguinte, os integrantes do grupo voltaram a se encontrar, desta vez para discutir pautas como o cumprimento da Carta de Fortaleza, firmada durante o XXIV Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em março de 2022 no Ceará.



Crédito: Divulgação/AMPRS

SESSÃO DE AUTÓGRAFOS

Na noite de quinta-feira, 11 de agosto, após o encerramento da palestra do jornalista e apresentador Marcelo Tas, os participantes do congresso foram convidados a prestigiar a sessão de autógrafos com autores do Ministério Público. Estiveram presentes os seguintes autores: Antônio Dionísio Lopes (Retalhos de uma Memória Iluminista: sobre o saber, o saber fazer e o saber ser); Cláudio Bonatto (Questões controvertidas no Código de Defesa do Consumidor; Cláusulas Abusivas nas Relações Contratuais de Consumo), Fernando Vasconcelos (Crônicas de Vida e Felicidade); José Alexandre da Silva Zachia Alan e Charles Emil Machado Martins (Direito Penal e Modernidade; Lições sobre probidade administrativa de acordo com a Lei 14.230/21); Luciano de Faria Brasil (Elementos para uma teoria geral do direito urbanístico; Paz, guerra e intervenção no pensamento de Kant: possibilidades e limites do uso da força no direito internacional); Luiz Fernando Calil de Freitas (Supremacia Constitucional e Controle de Constitucionalidade no Brasil); Paulo Natalicio Weschenfelder (Constituição e Cultura Ambiental; Município: democracia participativa e Poder Legislativo); Paulo Olímpio Gomes de Souza (Minha Vida Profissional, uma fotobiografia de Paulo Olímpio Gomes de Souza); Vilson Farias (Racismo à luz do Direito Criminal; Racismo à luz do Direito, Sociologia e Criminologia; Tópicos da trajetória de Vilson Farias; Tópicos das Reformas Trabalhista e Previdenciária) e Ximena Cardozo Ferreira (Inundações urbanas: Gestão de riscos com foco na prevenção de danos).



Crédito: Divulgação/AMPRS

PALESTRAS SOBRE LGPD E DIREITO DO CONSUMIDOR



Crédito: Divulgação/AMPRS

Na manhã da sexta-feira, 12 de agosto, a gerente jurídica de Compliance e Proteção de Dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carolina Schabbach Oliveira Ribeiro, e o gerente jurídico regional do Banco do Brasil, Atilio Sanches Costa, ministraram a palestra “Os Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)”, na Sala Diamante. Em seguida, foi a vez do debate acerca do tema “Combustíveis e o Direito do Consumidor”, em que o diretor jurídico da Rede Ipiranga, Guido Rogerio Macedo Silveira Filho, e o diretor do Instituto Combustível Legal (ICL), Carlo Faccio, falaram sobre as políticas de preços de combustíveis do País e a fiscalização da venda de combustíveis adulterados.

GRAVAÇÃO DO PAMPA DEBATES

O auditório principal do Hotel Serrazul recebeu, na noite de quinta-feira, dia 11, a gravação do programa Pampa Debates, da TV Pampa, conduzido pelo jornalista e vice-presidente da Rede Pampa, Paulo Sérgio Pinto. O programa contou com a participação do presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares; do procurador-geral de Justiça do RS, Marcelo Dornelles; do presidente da CONAMP, Manoel Murrieta; e da presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, Norma Cavalcanti.



Crédito: Divulgação/AMPRS

Memorial

A partir desta edição, a Revista Réplica contará com uma página produzida pelo Memorial da AMP/RS. Na estreia desta seção, relembramos a participação dos colegas nos 30 anos de realização do Congresso Estadual do Ministério Público gaúcho.

III CONGRESSO ESTADUAL DO MPRS

9 a 11 de julho de 1994
Canela

Sob a temática “A efetividade da Ação do Ministério Público na Área Criminal”, o Congresso Estadual do Ministério Público chegava à sua terceira edição. Durante o encontro, a reforma do Código de Processo Penal esteve no centro dos debates, ao passo que as discussões também se voltavam ao anteprojeto de Lei Orgânica Nacional da Instituição. Ainda mereceram atenção a Lei Antitruste, o Tribunal do Júri e as áreas do consumidor e meio ambiente. Na oportunidade, foram debatidas 115 teses, sendo aprovadas mais de 80.



V CONGRESSO ESTADUAL DO MPRS

12 a 18 de agosto de 1998
Canela

O tema “Ministério Público, um compromisso com a sociedade”, do V Congresso Estadual do Ministério Público, era um anúncio do momento vivido pela Instituição. O Ministério Público vivia um momento de relativa tranquilidade no âmbito nacional. A preocupação relacionada à revisão constitucional de 1993, na qual poderia haver uma reversão das prerrogativas institucionais, já havia sido superada com muito trabalho político. Entretanto, o Ministério Público começou, por meio da sua atuação, a incomodar alguns agentes políticos, voltando ao alvo de reformas previdenciária e judiciária que visavam, de alguma forma, fragilizá-lo.

VII CONGRESSO ESTADUAL DO MPRS

31 de julho a 3 de agosto de 2002
Canela

Com a moldura constitucional estabelecida pela Constituição Federal de 1988, multiplicaram-se as responsabilidades do Ministério Público diante do aumento da abrangência da sua atuação, atingindo praticamente todas as esferas sociais. Para acompanhar este desenvolvimento, o debate passou a ser pautado por questões que transbordavam às demandas classistas. Com um público aproximado de 600 participantes, o Congresso Estadual do Ministério Público chegava à sua sétima edição abordando o tema “O Ministério Público e Paz Social”.



Evolução



**Mário
Cavaleiro
Lisbôa**

Procurador
de Justiça
jubilado

Crédito:
Robson Hermes.

Eu me criei em cima das árvores. Minha mãe me deu o peito, muito carinho e me segurou no colo por longo tempo. Não me soltava nunca, mesmo quando ela estivesse se alimentando. Quando me senti mais forte, eu queria me aventurar sozinho pelos galhos próximos. Minha mãe não deixava. Sempre me puxava novamente para junto dela e me oferecia o peito. Era um tipo de chantagem, sabe. Se ficasse junto a ela, eu tinha leite quente. Essa estratégia de minha mãe funcionou durante alguns meses. Claro que ela também me incentivava a comer folhas, como toda a nossa família fazia. Até porque os mamíferos aprendem por imitação. Assim, ora eu comia folhas, ora eu mamava. Até que o leite de minha mãe secou. Ela ainda insistiu muito para que eu pegasse o seio. Eu pegava, mas ali não havia mais nada. De que adiantaria ficar sugando um seio que não tem nada?

Então, aos poucos, fui me distanciando de minha mãe e tratando de me alimentar em qualquer galho, mesmo que estivesse longe. Minha natureza exigia isso. Mas, na hora de dormir, minha mãe arrumava a cama de galhos e folhas em cima de uma árvore e me acomodava junto a ela. Minha luta pela sobrevivência era diária. Tinha de encontrar alimento todos os dias. Para tanto, mudava de árvore com frequência. E passei a fazer isso com muita maestria. Era uma diversão pular de um galho para o outro. A floresta era um paraíso. Mas o clima mudou, as florestas diminuíram, os alimentos escassearam. O solo era local muito perigoso, por vezes apareciam felinos à procura de presas. Mas a fome é superior ao perigo. E, aos poucos, sempre de dia, eu passei a explorar os gramados junto às árvores. De fato, por ali, sempre havia algum alimento, brotos e insetos.

Passei a vagar pelos gramados. Voltava para as árvores apenas para dormir. No solo, para examinar melhor o ambiente a fim de me defender dos felinos, eu tratei de andar nas pernas traseiras. Não que achasse isso bom, claro que não. O quadril ficava dolorido. Era por necessidade. Dessa forma, eu enxergava mais longe. Ao avistar qualquer perigo, eu voltava com rapidez para as árvores. E tanto andei com os membros inferiores, que fui me acostumando a isso, a dor no quadril foi sumindo. Passei a correr apenas com as pernas traseiras. Vejam que modificação. Quem corre pode se defender melhor dos perigos. Com essa autonomia, e mais ainda por necessidade, eu resolvi andar pelas

savanas. Não foi nada fácil deixar a vida confortável das árvores, mas fazer o quê. Minha nova morada passou a ser uma caverna.

E minha dieta também mudou. Que folha que nada. Com a experiência que eu havia adquirido, passei de caça a caçador. Tratei de matar e comer outros animais. E dominei o fogo, vejam como eu era o tal. Certo dia, por casualidade, decorrente do descuido de um familiar, aprendi que a carne assada era bem melhor que a crua. Ah, meus amigos, essa foi a mais importante descoberta da humanidade. Ao consumir quantidade maior de proteína animal, meu cérebro aumentou e eu me tornei muito mais esperto. Muito mais. Fiquei ardiso, astuto; mas as dificuldades de sobrevivência não haviam diminuído em nada. A alimentação diária dependia sempre de consideráveis esforços, por vezes frustrados.

Então, em determinada estação do ano, também por acaso, eu percebi que sementes jogadas na terra cresciam e duplicavam-se. Mas que beleza. Fazendo uma plantação, eu não precisaria mais sair para efetuar coleta de forma aleatória. Eu havia descoberto a agricultura. Sim, eu mesmo, que havia morado nas árvores. Com isso, eu deixei de ser nômade e me fixei ao redor de minhas plantações. Até uma casa eu construí. Com o fogo e com a casa, eu fiquei livre dos grandes felinos que tantos prejuízos haviam me causado. E mais: eu passei a me sentir superior a eles. Mais importante que um leão, com toda aquela juba e aqueles urros de quem quer dominar o mundo. Que tal, hein? Jamais imaginei que um dia poderia me sentir assim. Mas a vida continuou a ser trabalhosa. As safras às vezes fracassavam, com frequência havia fome, e eu tinha de sobreviver apenas de caça. E aí muitas vezes faltava caça. Desde que eu havia descido das árvores, mantinha-se cada dia com sua agonia.

Eu continuei progredindo, progredindo, criando novas formas de conseguir bem-estar, numa obsessão sem fim. Fiz descobertas e realizei obras que a própria natureza ficou abismada. Suspeito ter exagerado na busca do comodismo. Hoje, em sua substância, tenho tudo de que preciso. Sei que o dia de amanhã será igual ao dia de hoje, nada vai me faltar. Durante toda a minha trajetória, desde que descí das árvores, sempre precisei me preocupar com a sobrevivência. A luta era diária. Mas não era de todo ruim. A necessidade mantinha a plenitude de minha vida. Até então, eu nunca havia tido tempo para tédio, enfado, melancolia e muito menos problemas existenciais.

Segurança jurídica

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista



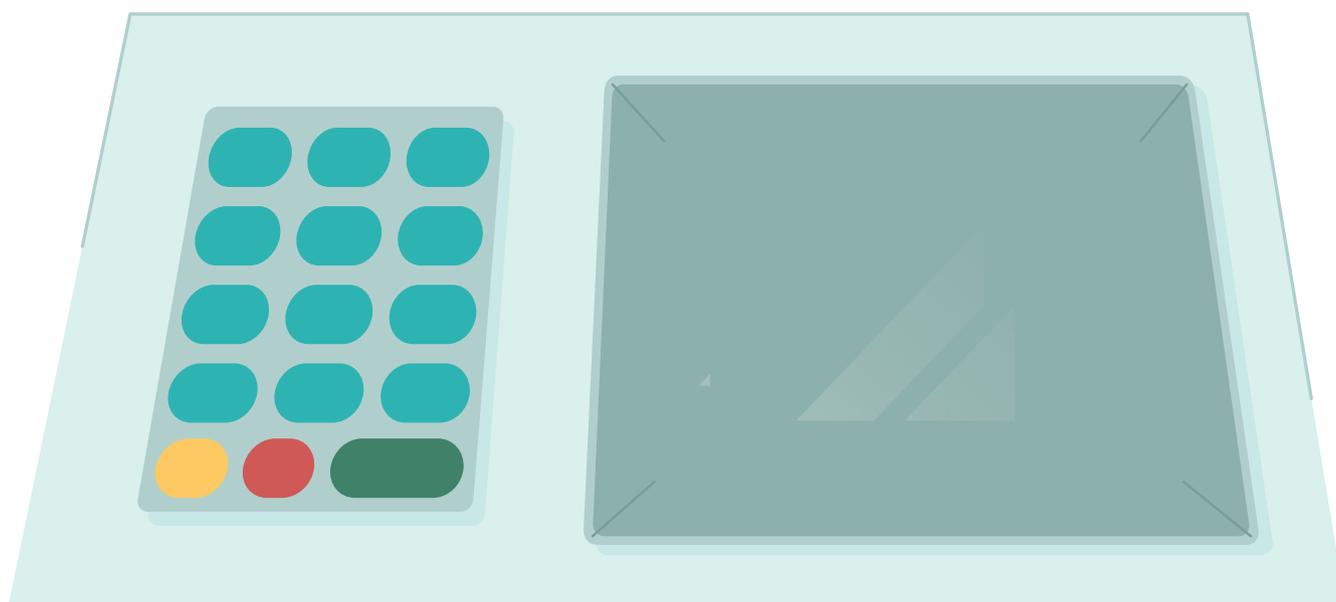
Crédito: Arquivo pessoal.

Durante três dias, em Gramado, estiveram reunidos representantes do Ministério Público, do Judiciário e do mundo jurídico em geral, debatendo, tratando e construindo uma sólida frente de trabalho para que todos nos sintamos seguros, no plano jurídico e mesmo no plano pessoal, na árdua missão cidadã de votarmos e elegermos, em todos os níveis, em outubro, os novos titulares do Executivo e do Legislativo em nosso Brasil democrático.

Com a presença da Corregedoria da Justiça Eleitoral, em âmbito federal, e do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral gaúcho, Desembargador Francisco Moesch, promotores de justiça e procuradores, com participação na fiscalização e outras tarefas do Direito Eleitoral, durante o XV Congresso Estadual do MP, à unanimidade, manifestaram e firmaram propósitos de realizarem suas missões com a certeza da lisura do sistema eleitoral brasileiro. Os painéis, conferências e debates demonstraram que nossas urnas eletrônicas são muito seguras, não havendo comunicação entre elas e, portanto, não havendo chances de invasões indesejadas cometidas por hackers ou quais outros intrusos. Nenhuma dúvida restará ao fim do dia do pleito. A totalização dirá, indubitavelmente, quem será o Presidente da República, ou quais candidatos irão ao possível segundo turno de votação.

O mesmo se diga a respeito dos governadores e senadores, mais deputados federais e estaduais. O que todos os eleitores precisam saber e com o maior grau de confiança possível é que, com todas as garantias, os votos serão muito bem recebidos e muito bem totalizados, cabendo a cada partido político o exercício adequado de uma fiscalização eficiente. No começo dos trabalhos em cada seção eleitoral, às 8 horas da manhã do dia 2 de outubro, estejam presentes e confirmem a chamada “extração da zerézima”, que demonstra que a urna está vazia, zerada, no início das atividades dos mesários. E, no fim da coleta, ao entardecer, cada partido cumpra rigorosamente sua parte de fiscalização, conferindo os boletins com a apuração da seção eleitoral fiscalizada.

Tenham certeza de que, naquelas horas, já haverá partidários festejando resultados, que depois serão totalizados pelo TSE e pelos TREs. O Congresso do MP, depois de todos os eventos técnicos e científicos, tribunas livres e debates acontecidos, serviu para a redação e publicação da Carta de Gramado, que consolida a garantia de segurança jurídica que os operadores do Direito prometem, para que a eleição consolide a democracia e os modelos da coleta dos votos e sua soma.





ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br

